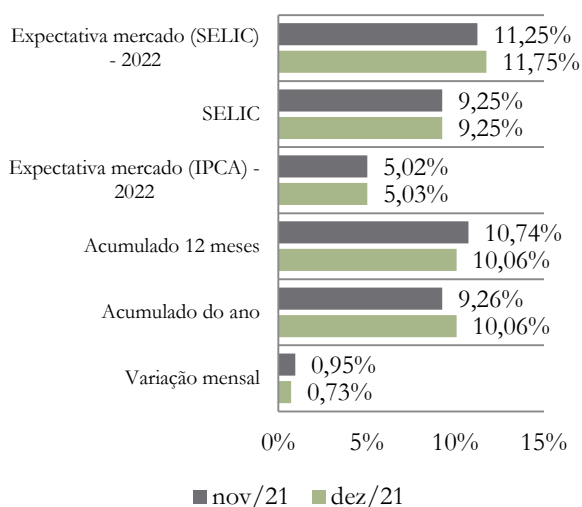


IPCA fecha 2021 em 10,06%, maior taxa desde 2015

A taxa da inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), **desacelerou na passagem do mês ao avançar 0,73%**, após variação de 0,95% no mês anterior. **No ano, o IPCA acumulou alta de 10,06%**, o maior resultado desde 2015 e acima dos 4,52% do ano anterior.

O IPCA encerrou o ano de 2021 muito acima do centro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), estabelecida em 3,75%, mas com margem de tolerância de 1,5 pontos percentuais para mais ou para menos. O regime de meta de inflação foi adotado em 1999 e, após 23 anos de vigência, somente, em seis períodos a inflação ficou completamente fora dos limites, conforme resultado deste ano. Para 2022 o desafio é ainda maior, já que o centro da meta passará para 3,5%, com tolerância de 2% e 5%.

Resultados do IPCA



Fonte: IBGE e BACEN

O ano de 2021 foi marcado por diferentes tipos de choques nos preços, que resultaram em uma escalada de vários itens da cesta do IPCA. Foram diversos fatores que impactam os preços e estão relacionados a questões conjunturais (momentâneas) e estruturais, tais como: aumento das commodities no mercado internacional; eventos climáticos, como longas estiagem e ocorrência de geadas; recuperação do

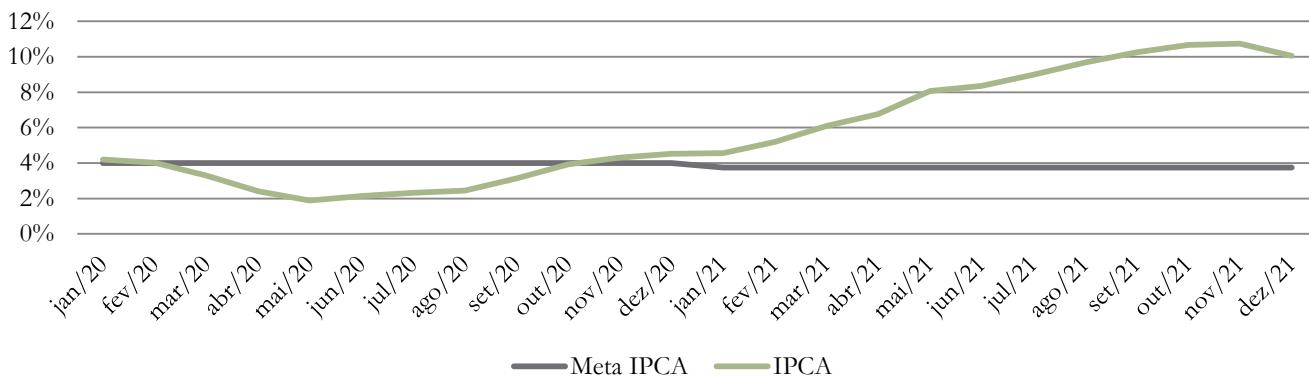
mercado de trabalho e diminuição das medidas de distanciamento, impulsionando a demanda; desvalorização cambial; desestruturação das cadeias produtivas; agravamento da crise fiscal e aumento de demanda por incentivos fiscais e monetários.

Esse cenário foi agravado pelo ritmo no avanço dos preços durante o ano, influenciado pela elevação em componentes que são base de outros itens, como energia elétrica e combustíveis, contaminando outros preços. Assim, a pressão e os choques de preços se alastraram por toda a economia.

Ainda, devido a esse panorama, houve endurecimento da política monetária pelo Banco Central do Brasil (BACEN), por isso, a taxa SELIC passou de 2,00% para 9,25% ao ano, patamar equivalente ao ano de 2017. A perspectiva para 2022 é de manutenção da elevação da taxa de juros, já que o Copom prevê nova alta em igual magnitude na próxima reunião marcada para início de fevereiro de 2022. A trajetória de alta dos preços, conjugada com o cenário de incerteza sobre o controle dos gastos públicos eleva as expectativas de mercado para o aperto monetário. Segundo relatório Focus de 07/01/2022, a SELIC deve atingir 11,75% em 2022, portanto, a retirada dos estímulos monetários tende a frear a retomada econômica ao encarecer o crédito para o consumo e investimentos.

Ainda, a inflação deve desacelerar de maneira gradativa em 2022, devido, principalmente, à redução da demanda, mas também motivado por outros fatores, como reequilíbrio das cadeias produtivas e retirada da bandeira de escassez hídrica. Dessa forma, o IPCA deve ficar em torno de 5,03% no acumulado de 12 meses em 2022, entretanto, o resultado não cumpre a meta definida para o ano e não significa que haja redução de preços de maneira geral, mas certa estabilidade ou redução no nível de alta. Por outro lado, fatores podem pesar para a manutenção da alta dos preços, o desequilíbrio das contas públicas e ano eleitoral, que podem elevar o risco Brasil, desvalorizando ainda mais o real. No campo internacional, a alta dos juros dos países desenvolvidos e a trajetória de crescimento do petróleo são riscos para alta dos preços serem mantida.

Variação acumulada em 12 meses



Difusão dos preços é o maior do ano

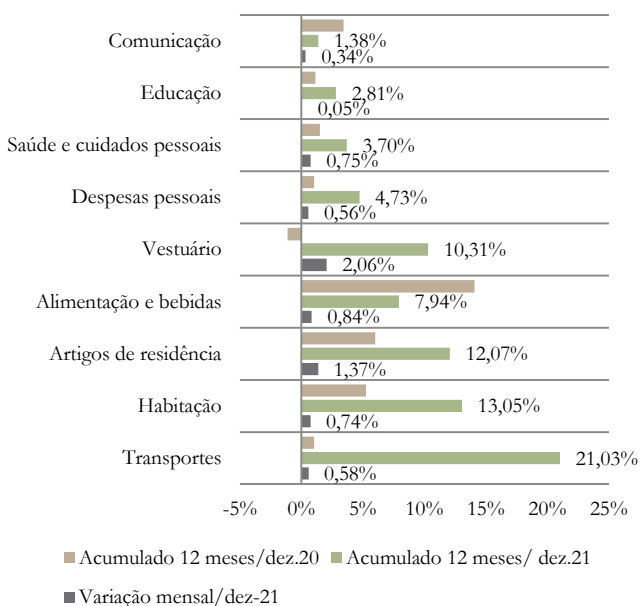
Em dezembro, a intensidade dos choques dos preços acelerou e todos os nove grupos de produtos e serviços mensurados na pesquisa do IBGE subiram na passagem do mês. Além disso, o índice de difusão dos preços, que mostra o percentual de itens com aumento de preços, atingiu 74,8%, o maior nível do ano de 2021 e na comparação com igual período dos anos anteriores, fica atrás somente de dezembro de 2015 (74,8%) e 2002 (83,59%).

O maior impacto na passagem do mês foi para o segmento de vestuário (2,06%), seguido dos artigos de residência (1,37%) e alimentação e bebidas (0,84%). Resultado oposto dos dois últimos meses, onde a alta estava concentrada nos grupos de transporte e habitação, que desaceleraram em dezembro para 0,58% e 0,74%, após altas de 3,35% e 1,03%, respectivamente.

O movimento de alta dos preços foi constatado durante todo o ano de 2021, por isso, diferente de 2020, onde o grupo de Alimentação e bebidas destoava dos demais pelo elevado aumento, no encerramento de 2021, os nove grupos de produtos e serviços pesquisados subiram, sendo que quatro deles com forte acréscimo acima de 10%.

Lideraram a alta o grupo Transportes, com crescimento de 21,03% no acumulado do ano e o maior impacto (4,19 p.p.) no índice geral. Na sequência, habitação e alimentação e bebida, alta de 13,05% e 7,94%, e impactos de 2,05 p.p e 1,68 p.p, respectivamente. Segundo o IBGE, esses três grupos responderam por cerca de 79% da alta do IPCA no ano. Por fim, os Artigos de residência (12,07%) e Vestuário (10,31%) também apresentaram forte elevação, após fecharam 2020 com acúmulo de 6% nos Artigos de residência e deflação de 1,1% no Vestuário.

IPCA por agrupamento



No grupo de transporte, a pressão dos preços foi fruto da valorização do dólar frente ao real e da elevação do barril de petróleo, que fechou 2021 em US\$ 77,78, acréscimo de 52,2% frente ao valor do início do ano corrente (US\$ 51,09). Por isso, houve altas expressivas nos preços do etanol (62,63%), do óleo diesel (46,04%), gasolina (47,49%) e do gás veicular (38,72%) no ano.

Já o grupo habitação, foi pressionado pela energia elétrica, que alcançou alta em 12 meses de 21,21%. Está em vigor à bandeira Escassez Hídrica, que acrescenta R\$ 14,20 na conta de luz a cada 100 kWh consumidos, situação que vai permanecer até abril do próximo ano. Ainda, no grupo de habitação pesa o acréscimo no gás de botijão, que acumula alta de 36,99% em 12 meses.

Fonte: IBGE